

Citi quer mudar o Plano Brady

JOSÉ MEIRELLES PASSOS
Correspondente

WASHINGTON — No seu relatório anual para 1989, divulgado ontem, a Diretoria do Citicorp — o maior banco americano e maior credor do Brasil — apresenta uma proposta de alteração do Plano Brady. O problema só será resolvido, segundo os banqueiros, quando os países tiverem acesso a novos e substanciais financiamentos. E, conforme deixaram claro, com as atuais regras o dinheiro novo necessário jamais será conseguido.

O Citicorp afirma que, apesar de mudanças fundamentais na estratégia para a solução da crise da dívida, os seus efeitos ainda estão longe de serem alcançados. O motivo, segundo o documento, é que o Plano Brady — que estipula a redução da dívida — está na verdade promovendo um afastamento dos bancos: "Os programas de redução, particularmente aqueles que envolvem a redução do principal, basicamente encorajam os bancos a não emprestar mais dinheiro aos países", diz o relatório do Citicorp.

Ao mesmo tempo em que faz essa primeira crítica pública à estratégia lançada um ano atrás pelo Secretário do Tesouro americano, Nicholas Brady, o Citicorp apresenta uma sugestão para alterar esse

mecanismo. Ela se baseia num enfoque de financiamento mais balanceado:

"Além de conter uma redução voluntária da dívida, os pacotes devem reconhecer a importância de se continuar os fluxos de dinheiro novo e procurar incentivar esse movimento. As opções de dinheiro novo podem incluir, por exemplo, oportunidades de financiamento comercial, **on lending**, financiamentos de projetos, bônus de dinheiro novo, conversões da dívida, e cofinanciamentos com o Banco Mundial e bancos regionais de desenvolvimento. Nenhuma dessas opções exigiria necessariamente o uso de fundos do país credor", diz o banco.

A questão principal, conforme a sua Diretoria, é que muitos países em desenvolvimento continuarão a necessitar de empréstimos dos bancos comerciais a longo prazo, para complementar a sua própria poupança, os investimentos externos e os fundos de fontes oficiais.

"Os recursos disponíveis no setor público para apoiar a redução da dívida são insuficientes para satisfazer as expectativas de vários países e, geralmente, para resolver o problema da dívida", diz o documento, citando como exemplos os casos do México e das Filipinas, que acabaram conseguindo dos bancos menos dinheiro novo do que necessitavam.